PORTARIA Nº 785/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 12/2015/ASS/JUR/PGJ, datado de 11/2/2015,
R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0022782-10.2014.8.14.0401 e, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, oferecer a devida denúncia contra Edinaldo Queiroz Alves, pelo cometimento do crime previsto no art. 147 do Código Penal Brasileiro.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 19 de fevereiro de 2015

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 786/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 13/2015/ASS/JUR/PGJ, datado de 11/2/2015,
R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça LEA CRISTINA MOUZINHO DA ROCHA para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0002244-79.2011.8.14.0133 e, nos termos do art. 76 da Lei nº 9.099/1995, oferecer proposta de transação penal ao indiciado e, não sendo aceita ou mostre-se inadequada, que ofereça, então, a pertinente, denúncia, nos termos do art. 77 do referido diploma legal contra Odeilton dos Reis Moraes.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 19 de fevereiro de 2015

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 798/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso XXII, alínea c, número 8, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), c/c o art. 10, inciso V, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 15, §8º, 23 e 73, inciso I, alínea b da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 176/2014-MP/CACC, de 6/11/2014, protocolizado sob o nº 47740/2014, em 6/11/2014,
R E S O L V E:

I - DESIGNAR os seguintes servidores para integrarem a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Equipamentos no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, instituída pela PORTARIA Nº 5164/2012-MP/PGJ, de 12/11/2012, publicada no D.O.E. de 27/11/2012:

1. Para membros titulares:

a) o fiscal do respectivo contrato no qual os materiais e equipamentos serão objeto de recebimento pela Comissão;

b) SANDRO GEORGE PALHETA BARBOSA;

c) FRANCISCO JOSÉ RIO BARBOSA;

d) CÉLIA MARIA DE MOURA BRITO; e

e) EDSANDRO DUARTE DE ANDRADE.

2. Para membros suplentes:

a) KEILA RAQUEL NUNES ARAÚJO;

b) CRISPIM RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO;

c) JORGE LUIZ ESTEVES DIAS; e

d) ROBERTO XAVIER DE SOUZA FERREIRA.

II - Esta Portaria entra em vigor a partir de 27/2/2015.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de fevereiro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 846/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 17/2015/ASS/JUR/PGJ, datado de 20/2/2015,
R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça JEANNE MARIA FARIAS DE OLIVEIRA para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0006256-06.2014.8.14.0065 e, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, a devida denúncia em desfavor de Maria Rodrigues Pereira pela prática do delito tipificado pelo art. 33 da Lei nº 11.343/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de fevereiro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 935/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 18/2015/ASS/JUR/PGJ, de 24/2/2015;

R E S O L V E:

I - TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 6530/2014-MP/PGJ, de 6/10/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 15/10/2014, que delegou poderes ao Promotor de Justiça Firmino Araújo de Matos para atuar, como órgão de execução, nos autos do Inquérito Civil nº 002081-116/2013, nos termos do art. 56, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, podendo adotar as medidas que entendesse cabíveis.

II - TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 159/2015-MP/PGJ, de 19/1/2015, publicada no Diário Oficial do Estado de 6/2/2015, que delegou poderes ao Procurador de Justiça Luiz Cesar Tavares Bibas para atuar, nos autos do Inquérito Civil nº 0004664-94.2014.8.14.0074, conforme preceitua o art. 56, IX da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará nº 057, de 6 de julho de 2006, podendo adotar as medidas que entendesse cabíveis.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 24 de fevereiro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1491/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 21/2015/ASS/JUR/PGJ, de 18/3/2015;

R E S O L V E: DESIGNAR a Procuradora de Justiça MARIA TÉRCIA ÁVILA BASTOS DOS SANTOS para, sem prejuízo de suas atribuições, representar o Procurador-Geral de Justiça na audiência de conciliação referente aos autos do Processo nº 0002164-49.2015.8.14.0000, que será realizada no dia 20 de março de 2015, às 13h, na Sala de Reuniões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1492/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 22/2015/ASS/JUR/PGJ, datado de 19/3/2015,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça ANA CLÁUDIA BASTOS DE PINHO para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0010266-55.2014.8.14.0401 e, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, oferecer a devida denúncia em desfavor de Ana Julia Oliveira dos Santos, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, inciso II, do Código Penal Brasileiro.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1493/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 23/2015/ASS/JUR/PGJ, datado de 19/3/2015,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ para funcionar como *longa manus* da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos dos Processos nºs 0006660-89.2014.8.14.0701; 0000205-74.2015.8.14.0701; 0000154-63.2015.8.14.0701; 0006597-64.2014.8.14.0701; 0006656-52.2014.8.14.0701 e 0006677-28.2014.8.14.0701; e oferecer proposta de transação penal ao autor do fato e, em não sendo aceita ou mostre-se inadequada, que ofereça, então, a pertinente denúncia nos termos do art. 77 da Lei nº 9.099/1995.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1494/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Memo nº 24/2015/ASS/JUR/PGJ, datado de 19/3/2015,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ para funcionar como *longa manus* da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos dos Processos nºs 0006321-33.2014.8.14.0701;

0006577-73.2014.8.14.0701; 0000172-84.2015.8.14.0701; 0006797-71.2014.8.14.0701; 0005474-31.2014.8.140701 e 0006600-19.2014.8.14.0701; e oferecer proposta de transação penal ao autor do fato e, em não sendo aceita ou mostre-se inadequada, que ofereça, então, a pertinente denúncia nos termos do art. 77 da Lei nº 9.099/1995.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1496/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea "c", da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea "c", da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Ofício Circular nº 002/2015/PPCAAM/PA, de 4/2/2015, protocolizado sob o nº 6724/2015, em 12/2/2015,
R E S O L V E:

DESIGNAR as Promotoras de Justiça MÔNICA REI MOREIRA FREIRE e VIVIANE VERAS DE PAULA COUTO para, como representantes do Ministério Público, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, comporem o Conselho Gestor do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte - PPCAAM/PA.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 20 de março de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1750/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que, no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000376/2014-28, o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público julgou improcedente o pedido do requerente e confirmou a regularidade da contratação direta da Fundação Carlos Chagas, por meio do Contrato nº 012/2014-MP/PA, para organização e aplicação das provas do XII Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Pará, com vistas ao provimento de cargos de Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto, de 1ª Entrância;

Considerando que o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, em julgamento de Embargos de Declaração, expediu determinação ao Ministério Público do Estado do Pará para observância em futuros procedimentos de dispensa de licitação baseados no artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993;

Considerando que o Ministério Público do Estado do Pará, em seus procedimentos de contratação administração, cumpre estritamente as regras e observa os princípios informadores do Regime Jurídico Administrativo;

RESOLVE:

DETERMINAR aos órgãos e unidades administrativas do Ministério Público do Estado do Pará que, em procedimentos que deflagrem para a contratação de entidade especializada na organização e promoção de concurso público, por meio de dispensa de licitação fundamentada no artigo 24, inciso XII, da Lei Federal nº 8.666/1993, estejam presentes:

1. as razões de contratação direta, a essencialidade do objeto para o desenvolvimento institucional do Ministério Público, a nacionalidade brasileira da entidade, a sua finalidade não lucrativa, a sua inquestionável reputação ético-profissional e o seu objetivo estatutário-regimental de desenvolvimento institucional;

2. projeto básico e orçamento detalhado, contendo unidades de custos;

3. cotação de mercado com, no mínimo, três orçamentos válidos;

4. as razões de escolha da instituição executante e a justificativa do preço contratado;

5. modificação da taxa de inscrição, de acordo com os custos da contratação e a média dos valores de procedimentos similares.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 1 de abril de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 814107

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL Nº. 000051-151/2015-MP/PJ/DPP/MA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DO 3º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº. 000051-151/2015-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 010/2015

Data da Instauração: 01/04/2015

Objeto: apurar possíveis irregularidades na contratação de temporários pela Secretaria de Estado de Administração.

Promotor de Justiça: DOMINGOS SÁVIO ALVES DE CAMPOS (titular)

Protocolo 814109